

## Que reforma para uma floresta 2°C mais quente?

### Author(s):

[João Camargo](#) <sup>[1]</sup>

### Show Author Info?:

0

Desde a tragédia em Pedrógão que o debate acerca do futuro das florestas tem sido intenso e, com a aproximação da data assumida de 19 de julho para fechar uma reforma florestal, é importante perceber o que se prepara o Governo para fazer. De entre as várias propostas em cima da mesa, que tocam nas questões da estrutura da propriedade, do combate aos incêndios, do banco nacional de terras, cadastro florestal e fogos controlados, há uma a destacar: a alteração ao regime jurídico de arborização e rearborização (que se tornou conhecido como lei do eucalipto). Sob a lei do anterior Governo, a floresta em Portugal continuou um processo de eucaliptização e perda de floresta, contribuindo, em conjunto com uma situação de abandono generalizado, para a continuação de anos de incêndios catastróficos.

O ministro Capoulas Santos anunciou recentemente que “não haverá mais um único hectare de eucalipto em Portugal?”, afirmação audaz mas que foi imediatamente corrigida, ao afirmar que “vamos permitir é a transferência de áreas de produção de eucalipto, de locais com maior risco de incêndio e menos produtivas, para outras mais produtivas?”. O que querará isto dizer, exactamente?

O novo projeto de lei do Governo, que pretende substituir a lei do eucalipto, diz que não são permitidas acções de arborização (novas plantações) com eucaliptos e que são apenas permitidas rearborizações (voltar a plantar em áreas previamente plantadas) de eucalipto quando a área já tinha previamente eucaliptos. Com uma excepção: quando “resultem de projetos de compensação, relativos à eliminação de povoamentos de eucalipto de igual área, localizados designadamente em zonas marginais e de baixa produtividade, com preparação de terreno que permita uso agrícola, pecuário ou florestal, neste caso, desde que com outras espécies que não do género *Eucalyptus* spp?”. Traduzindo, o Governo introduz uma suspensão teórica da área plantada por eucalipto e ao mesmo tempo um sistema de permutas que permite trocar-se áreas eucaliptizadas e pouco produtivas por áreas não eucaliptizadas em terrenos mais produtivos. É dizer que não haverá mais um único hectare de eucalipto em Portugal, quando na verdade existirão dezenas de milhares de novos hectares de eucalipto em Portugal, e nas zonas mais produtivas do país.

O Governo propõe uma troca às celulosas: elas deixam o osso, as zonas menos produtivas do país, em troca do lombo, que é concretamente a zona litoral centro-norte do país, aquela

que tem as melhores capacidades de continuar a sustentar uma floresta biodiversa, com os solos mais ricos, maior disponibilidade de água e temperatura mais moderada. Por esses motivos, também é a zona mais rentável para uma monocultura intensiva. Isso não tem nada a ver com combate a incêndios, tem que ver com a contínua entrega do território. Aliás, a mortalidade do eucalipto, como de outras espécies, está a aumentar e continuará, com o aumento da temperatura e redução da precipitação, em particular no interior. Por isso é que no Governo anterior tanto se insistiu no regadio público para o eucalipto. Estamos a falar do futuro e de uma floresta em que, na melhor das hipóteses, a temperatura estará 2°C mais quente e a precipitação 4% a 9% menor.

As alterações climáticas tendem a degradar as áreas florestais, em particular as que já são vulneráveis, modificando o comportamento dos incêndios, que se tornarão mais violentos e quentes, provavelmente aumentando o número de fogos de copas em relação aos fogos sob o coberto. O aumento da temperatura de 2°C é um aumento médio, isto é, haverá dias muito mais quentes, como aqueles em que ocorreu a tragédia de Pedrógão Grande, e as noites tropicais (acima dos 20°C) aumentarão, dificultando ainda mais o combate e dificultando o sucesso de várias espécies florestais. Mas as florestas têm um enorme potencial de ajudar-nos no combate às alterações climáticas, quer servindo como sumidouros de carbono (o que acontece quando não ardem), quer contribuindo para conservar solos e água num território que tenderá a perdê-los. O enorme serviço que a floresta pode prestar ao país no futuro depende de várias das escolhas que fazemos hoje: ela servirá para proteger o território, se conseguirmos moldá-la nesse sentido, habitá-la e voltá-la para os seus serviços naturais, muito mais do que para o rendimento imediato e o mercado da exportação. A importância dada à biodiversidade, à resiliência e à aposta em espécies autóctones (que têm de ser muito bem geridas para se desenvolverem num clima muito mais adverso) definirá muito da habitabilidade futura do nosso território. A proposta do Governo, abrindo às celuloses a porta das áreas com maior potencial do território nacional, faz o contrário.

## **Sumário da Home:**

O Governo propõe uma troca às celuloses: elas deixam o osso, as zonas menos produtivas do país, em troca do lombo, a zona litoral centro-norte do país,

## **Lead:**

O Governo propõe uma troca às celuloses: elas deixam o osso, as zonas menos produtivas do país, em troca do lombo, a zona litoral centro-norte do país,

## **Sobre o/a autor(a):**

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

**Links:**

[1] <http://www.esquerda.net/en/node/29804>